

Mato Grosso do Sul reage e diz NÃO à extinção do seu Tribunal do Trabalho

Juízes, servidores, advogados, políticos, trabalhadores e representantes de classe saíram em caminhada, da sede do TRT até a Praça Ary Coelho, num protesto que reuniu mais de 500 pessoas



Juízes, servidores, sindicalistas, advogados e trabalhadores saem em caminhada pelas ruas de Campo Grande para protestar contra a ameaça de extinção do TRT

A primeira foi pela criação do Estado, a segunda na luta das “Diretas Já” e a terceira vez que um movimento conseguiu unir adversários políticos sul-mato-grossenses em torno de uma mesma causa foi no “Ato Público Pela Não-Extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul”. Realizado no dia 03 de setembro, no auditório da Associação Comercial de Campo Grande, a manifestação organizada por servidores, juízes, sindicatos e trabalhadores fez com que o governador Zeca do PT, o prefeito André Puccinelli (PMDB) e parlamentares de diversos partidos sentassem lado a lado para proferir um mesmo discurso: **“O nosso Tribunal ninguém tira!”** (pag. 03)

Ministro do TST é contra extinção de tribunais do trabalho (pag. 08)

Juíza Geralda Pedroso recebe título de cidadã campo-grandense (pag. 10)

JCJ de Mundo Novo tem novo juiz presidente (pag. 10)

TRT de MS arrecadará R\$ 10 milhões em impostos para a União (pag. 10)

JCJ de Aquidauana já conta com serviço de auto-atendimento (pag. 12)

TRT inaugura nova home page em outubro (pag. 12)



Pela Manutenção do TRT de MS

O Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul tem-se destacado como um dos mais rápidos do país. Com 16 juntas de conciliação e julgamento, das quais 5 são na Capital e 11 no interior, tem proporcionado à população do Estado uma prestação jurisdicional eficiente e rápida. Atualmente, o prazo médio para o julgamento de um processo na primeira instância tem sido de **90 dias**. Em algumas juntas, como a de Amambai, esse prazo chega a ser de **25 dias**. Na segunda instância, o prazo de julgamento tem sido de **180 dias**.



Outro importante destaque para o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul é que ele tem registrado, desde a sua criação em 1993, um crescimento bastante significativo no número de processos recebidos e solucionados. Em 1993, o percentual de processos solucionados foi de 64,09%; em 1998, esse percentual foi de 78,40%, o que representou um aumento de produtividade de 22,32%.

No que diz respeito ao crescimento no número de processos recebidos e julgados, chamamos atenção para o interior do Estado. Entre os anos de 1993 e 1998, algumas juntas de conciliação e julgamento, como a de Coxim e a de Nova Andradina, registraram aumentos de 135,48% e 122,58% no total de processos recebidos e de 101,42% e 125,43% no total de processos solucionados por ano, respectivamente.

Ademais, considere-se, por relevante, que se a solução definitiva de uma ação trabalhista, antes da criação do Tribunal, levava em média 5 anos, hoje esta média está em torno de 6 meses.

É imprescindível a manutenção do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Acrescenta-se a estes dados o fato da situação geográfica relevante que o Estado ocupa no cenário nacional, pois faz fronteira com dois países, e, do lado nacional, limita-se ao mesmo tempo com cinco Estados: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Portanto, se não o mais relevante, é um dos mais destacados na posição privilegiada de distância e localidade. Por isto, o acesso à Justiça, pelos jurisdicionados nacionais e internacionais (MERCOSUL, salientando-se empresas como o Gasoduto Brasil-Bolívia), é, não apenas mais viável, porém extremamente necessário, até para o equilíbrio de relações trabalhistas de direito privado internacional.

Geralda Pedroso

Juíza Presidente do TRT da 24ª Região

Expediente

Juíza Presidente

Geralda Pedroso

Juiz Vice-Presidente

André Luís Moraes de Oliveira

Juízes Togados

Abdalla Jallad

Márcio Eurico Vitral Amaro

João de Deus Gomes de Souza

Nicanor de Araújo Lima

Juízes Calssistas do Tribunal

Idelmar da Mota Lima - Empregados

Munir Saad - Empregadores

Diretor Geral

Wilson Farias do Rego

Secretária Geral

Regina Kanashiro

Informativo produzido pela:

Seção de Divulgação da Presidência

Jornalista responsável e Chefe da

Seção de Divulgação

Maritônio Barreto de Almeida

(DRT 159/MS)

Estagiários

Edemilson Vicente Pereira

Elisa Helena Loureiro Camponez

Editoração Gráfica e Fotos

Seção de Divulgação

Correspondências para:

imprensa@trt24.gov.br

R. Belizário Lima, 418 - Campo Grande - MS

CEP: 79.004-912 Fone: (067) 721-1771



Elisa, Maritônio e Edemilson

Divulgação em alta

O jornalista Maritônio Barreto está comemorando as conquistas obtidas para a Seção de Divulgação. Após ter assumido o cargo de Chefe da Seção, ele já conseguiu duas estações de trabalho multimídia, uma impressora laser colorida, uma impressora ploter, um scanner, dois estagiários e a publicação do DIVULGANDO. Mas isso é apenas o começo...



MS unido pela manutenção do seu TRT

Governador, prefeito, senadores e deputados federais de vários partidos: foi a terceira vez, na história política do Estado, que um movimento conseguiu unir adversários políticos em torno de uma mesma causa



Juíza Geralda Pedrosa, acima no detalhe, liderou a caminhada até à Praça Ary Coelho. Inúmeros manifestantes assistiram o ato pelo telão instalado na rua

Mais de 500 pessoas, entre servidores, juízes, parlamentares, advogados, sindicalistas e trabalhadores, saíram em caminhada pelas ruas de Campo Grande, no dia 03 de setembro. O objetivo era protestar contra a ameaça de extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul e de outros estados. A caminhada, que iniciou às 14:30h, seguiu da sede do TRT até o auditório da Associação Comercial de Campo Grande, no centro da cidade, onde as principais autoridades do Estado aguardavam para dar início ao "Ato Público Pela Não-Extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul".

A manifestação contou com a presença de juízes presidentes dos Tribunais do Trabalho de Rondônia, Pará, Goiás, Alagoas, Espírito Santo, Campinas, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de caravanas de servidores vindas de Cuiabá, Porto Velho e Brasília. O ato iniciou às 15:00h com o discurso da Presidente do TRT de Mato Grosso do Sul, Juíza Geralda Pedrosa, no qual lembrou que a vitória da Reforma do Judiciário Trabalhista só será obtida com a manutenção de todos os tribunais do trabalho. A magistrada ainda aproveitou para alertar aos presentes que a redução dos considerados pequenos tribunais do trabalho será o primeiro passo para a extinção, também, dos grandes.

Além dos vários representantes do judiciário trabalhista, o ato público também conseguiu reunir as principais forças políticas de Mato Grosso do Sul. Estavam presentes o governador do Estado, Zeca do PT, o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli (PMDB), o Presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB), os deputados federais Ben-Hur (PT), Pedro Pedrossian Filho (PTB), Waldemir Moka (PMDB) e ainda inúmeros vereadores da Capital e deputados estaduais. Outros parlamentares, que não puderam estar presentes, enviaram telegramas expressando total apoio ao movimento, a exemplo do senador Juvêncio César (PFL) e do deputado federal Nelson Trad (PTB).

Esta foi a terceira vez, na história política de Mato Grosso do Sul, que um movimento conseguiu unir, num mesmo palanque, tradicionais adversários políticos do Estado. Algo semelhante só foi visto na luta pela criação do Estado, em 1977, e na campanha das "Diretas Já", em 1984. Parlamentares de diversos partidos esqueceram suas diferenças e ocuparam a tribuna da Associação Comercial de Campo Grande para juntos defenderem uma mesma causa e proferirem um mesmo discurso: "O nosso Tribunal ninguém tira!"

Dos políticos presentes, o governador Zeca do PT foi o primeiro a ocupar a tribuna para classificar de insanos os que propõem a extinção da Justiça do Trabalho no Brasil. Em seu discurso, lembrou que a sua

Visita à Assembléia

Um grupo de juízes do TRT da 24ª Região e mais os presidentes de TRTs de nove outros estados foram recebidos pelos deputados estaduais, na Assembléia Legislativa de MS. No encontro, que aconteceu na parte da manhã, os magistrados pediram o apoio da bancada estadual para a manutenção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul e dos demais estados.

Esta foi a segunda vez que os juízes do TRT de Mato Grosso do Sul realizaram audiência com os deputados estaduais. A primeira foi no dia 08 de junho deste ano.



Juízes foram recebidos pelos deputados estaduais de Mato Grosso do Sul que prometeram apoio contra a extinção de TRTs



A partir da esquerda: Dom Vitorio Pavanello, Governador Zeca do PT, Juiza Geralda Pedroso, Senador Ramez Tebet, Juiz André Luís e o Prefeito André Puccinelli

presença ali representava o apoio incondicional do governo popular à luta contra a extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Em seguida, falou o senador Ramez Tebet, presidente da CPI do Judiciário, e arrancou aplausos ao defender a manutenção de todos os tribunais do trabalho.

Também ocuparam a tribuna o prefeito André Puccinelli e os deputados federais Ben-Hur e Waldemir Moka. Em seu discurso, Moka defendeu uma articulação entre as bancadas dos estados ameaçados com a extinção dos seus TRTs, a fim de fechar um acordo em favor da manutenção dos 24 tribunais. O encerramento do ato se deu, às 19:00h, com a palavra final da Juiza Geralda Pedroso agradecendo o apoio de todos os que ali se fizeram presentes.

O sucesso do “Ato Público Pela Não-Extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul”, deve-se ao excelente trabalho realizado pelos servidores e juizes do TRT da 24ª Região. Uma comissão foi montada, no final de agosto, com o objetivo de traçar a estratégia de campanha e administrar os recursos que foram arrecadados através do desconto em folha dos funcionários e magistrados.



Wilson Farias

A Presidente do TRT, Juiza Geralda Pedroso, elogiou o importante papel desempenhado pela comissão. “Quero parabenizar nossos servidores e juizes pela brilhante campanha e, em especial, ao nosso Diretor Geral, Wilson Farias, que coordenou de forma eficiente os trabalhos da comissão”, ressaltou.

Natal



Natal: mais de 300 pessoas no auditório da FIERN

O ato público em defesa da Justiça do Trabalho e dos tribunais do trabalho, realizado no dia 03 de setembro, faz parte de uma série de manifestações que tiveram início com o ato público de Natal. No dia 16 de julho, os presidentes dos TRTs de Rondônia, Pará, Goiás, Alagoas, Mato Grosso, Espírito Santo, Campinas, Paraíba, Sergipe e Mato Grosso do Sul reuniram-se, em atendimento à convocação feita pela Presidente do TRT do Rio Grande do Norte, Juiza Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro, para exigir a manutenção da Justiça do Trabalho e a não-extinção dos tribunais considerados de pequeno porte.



Vitória levou 2 mil manifestantes às ruas

Foto: Helio Sant'Ana - A Gazeta

Durante as manifestações de Natal, a Presidente do Tribunal do Trabalho do Espírito Santo, Juiza Anabella Almeida Gonçalves, assumiu a responsabilidade de organizar o próximo ato na Capital do seu Estado.

O ato de Vitória realizou-se no dia 02 de agosto e marcou pela beleza de sua passeata que reuniu mais de 2 mil pessoas nas ruas.

O ato seguinte foi assumido pelo Juiz José Simioni, que na ocasião representava o presidente do TRT de Mato Grosso, e, no dia 13 de agosto, a capital Cuiabá foi palco de mais uma manifestação conjunta pela defesa dos tribunais considerados de pequeno porte. A manifestação contou com o apoio do governador Dante de Oliveira, que recebeu os juizes no seu gabinete, e de inúmeros deputados da bancada federal do Estado.



Juizes e servidores no ato realizado em Cuiabá

Discursos em MS

O que eles disseram...

“Mas o que me emociona profundamente é ver a nossa magistratura como eu vi aqui hoje. Uma magistratura profundamente ligada ao sentimento do seu povo. Que vai pra rua!”

Ben-Hur Ferreira - Deputado Federal (PT)



*“Boa parte do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais do Trabalho do Brasil está aqui para demonstrar, uma vez mais, a nossa união em torno desta proposta que é: **EXTINÇÃO NÃO! REFORMA SIM.**”*

Vicente José Malheiros - Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs

“Mas era preciso deixar claro uma posição: É que mesmo na presidência da CPI do Judiciário, e ali mais do que em qualquer outro lugar, eu saí fortalecido na minha convicção de que é necessária a manutenção de todos os tribunais regionais do trabalho desse país.”

Senador Ramez Tebet - Presidente da CPI do Judiciário



“E eu quero aqui fazer uma proposta aos companheiros do Mato Grosso, de Rondônia, do Acre e dos outros estados (...) Vamos votar uns com os outros! Não vamos aceitar extinção de nenhum Tribunal Regional! É isso que nós temos de fazer!”

Waldemir Moka - Deputado Federal (PMDB)

“A minha presença aqui representa o apoio incondicional do governo popular à luta que vocês realizam contra a extinção da Justiça do Trabalho em nosso país. Proposta insana, própria de quem não conhece o Brasil (...) Está em tempo de fazer um grande cerco sobre Brasília. E se fizerem isso, o que precisarem do nosso governo, desde o combustível, a alimentação e o ônibus, nós estaremos à disposição.”

José Orcírio Miranda (Zeca do PT) - Governador de Mato Grosso do Sul



TRTs vencem a primeira batalha no Congresso

Relatora da Reforma do Judiciário, deputada Zulaiê Cobra, apresenta relatório mantendo tribunais do trabalho

Juízes e servidores de todos os tribunais do trabalho do país estão comemorando mais uma vitória depois que a deputada Zulaiê Cobra (PSDB) apresentou ao Congresso Nacional, no dia 01 de outubro, a versão final do relatório da Reforma do Judiciário. O motivo da comemoração deve-se ao fato de a relatora ter recuado com a idéia inicial de extinguir tribunais com menos de 15 juntas de conciliação e julgamento. Por este critério, seriam atingidos os Estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão, Sergipe e Alagoas.

O recuo de Zulaiê foi resultado dos inúmeros atos realizados pelos TRTs nos vários estados brasileiros e do trabalho junto às bancadas no Congresso. A última mobilização envolvendo a participação de tribunais e parlamentares ocorreu no dia 21 de setembro. A Frente Popular em Defesa da Justiça do Trabalho, liderada pelo deputado Medeiros, convocou os presidentes dos TRTs ameaçados de extinção, juntamente com as suas bancadas federais, para uma reunião no Congresso Nacional. O objetivo era discutir uma estratégia de ação para garantir a manutenção de todos os tribunais do trabalho.

O TRT de Mato Grosso do Sul, embora não estivesse ameaçado de extinção, enviou dois representantes para prestar solidariedade aos demais tribunais. O Juiz Noedi Francisco Arosi e o Diretor Geral do TRT da 24ª Região, Wilson Farias, aproveitaram a oportunidade para visitar a bancada federal de MS a fim de pedir aos parlamentares do Estado apoio em favor da manutenção de todos os tribunais do trabalho.



Da esquerda para direita: Deputados Nelson Trad (PTB-MS) e Pedro Valadares (PSB-SE) em conversa com o Juiz Noedi F. Arosi e o Dir. Geral do TRT Wilson Farias. No detalhe a Dep. Zulaiê Cobra

Mobilizações marcam 1999 como ano

A manifestação do dia 03 de setembro foi a 5ª realizada por juízes



O ato público do dia 03 de setembro foi apenas uma das muitas ações que juízes e servidores do TRT da 24ª Região vêm buscando realizar diante da forte ameaça de extinção da Justiça do Trabalho e, principalmente, dos pequenos tribunais. Desde o começo deste ano, quando o Deputado Federal Aloysio Nunes apresentou o seu projeto de Reforma do Judiciário, os magistrados da 24ª Região, juntamente com os servidores, têm sido incansáveis no papel mobilizador da sociedade, com o objetivo de alertar a todos sobre o perigo de se desmantelar o Poder Judiciário.

Mesmo a substituição de Aloysio Nunes, no início do mês de agosto, pela nova relatora da Reforma do Judiciário, deputada Zulaiê Cobra, não foi o suficiente

para fazer com que servidores e juízes recuassem na luta. Prova disso foi a manifestação do dia 11 de agosto em Brasília, onde cerca de 6 mil pessoas protestaram, em frente ao Congresso Nacional, contra a ameaça de extinção dos Tribunais do Trabalho. Servidores do TRT de Mato Grosso do Sul organizaram uma caravana e seguiram para Brasília a fim de participar do ato promovido pela Força Sindical.

A Juíza Geralda Pedroso tem ressaltado, em todos os atos realizados, a agilidade da Justiça do Trabalho no julgamento das causas trabalhistas e lembrado que, nesse aspecto, o TRT da 24ª Região constitui um dos mais rápidos e eficientes tribunais do país. Sobre este ponto, o Juiz André Luís Moraes de Oliveira, Vice-Presidente do TRT, durante ato realizado na OAB/MS, lembrou aos parlamentares e demais autoridades presentes que a extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul resultaria em maior lentidão na solução dos conflitos trabalhistas, trazendo enormes prejuízos à população do Estado, principalmente aos advogados e aos trabalhadores.

Para se ter uma idéia dos prejuízos que a extinção do TRT da 24ª Região pode trazer para a população sul-mato-grossense basta lembrar que, antes da sua instalação, uma ação trabalhista nas



No primeiro ato do TRT, realizado em março, servidores e juízes fecham as portas do Tribunal e paralisam atividades por meia hora



Agosto: Servidores participam de protesto em frente ao Congresso Nacional. Ato da Força Sindical reuniu 6 mil pessoas

pectiva

de luta para Justiça do Trabalho de MS

es e servidores do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul

juntas de conciliação e julgamento levava, em média, 2 anos para ser julgada. Caso houvesse alguma contestação, por meio de recurso, o processo seguia para a segunda instância em Brasília, onde aguardava mais 4 anos para ser julgado. Após a instalação do Tribunal do Trabalho em Mato Grosso do Sul, os prazos caíram para 90 dias nas juntas e 6 meses na segunda instância.

Em Mato Grosso do Sul, servidores e juízes já promoveram cinco atos, desde o começo do ano. O primeiro aconteceu no final de março, no qual juízes, advogados e servidores, em protesto ao projeto do Deputado Aloysio Nunes, concentraram-se na frente do Tribunal, paralisando as atividades por meia hora. A Juíza Geralda Pedroso e o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA XXIV), Juiz Rodnei Doreto Rodrigues, fecharam simbolicamente as portas do Tribunal.

No dia 08 de junho, a mobilização foi na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Em substituição à Juíza Geralda Pedroso, que estava de férias, o Vice-Presidente do TRT, Juiz André Luís, juntamente com demais juízes, procuradores do trabalho e o presidente da OAB/MS, reuniram-se com o Presidente da Assembléia, Deputado Londres Machado, e demais deputados num esforço conjunto de obter o apoio da bancada estadual.

Dois dias após a mobilização na Assembléia, foi a vez da Câmara Municipal de Campo Grande. Com o plenário lotado, os vereadores aprovaram por unanimidade a moção de apoio contra a extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Vários parlamentares ocuparam a tribuna para manifestar o apoio ao movimento de juízes e servidores do TRT. O Juiz André Luís também ocupou a tribuna e alertou, em seu discurso, que a proposta de extinção de tribunais do trabalho "põe em jogo, não só a Justiça do Trabalho, mas também o direito do trabalho e as garantias mínimas fixadas pela lei aos trabalhadores."

No mês de junho, juízes do TRT realizaram, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil - MS, outro ato público em defesa da Justiça do Trabalho. Dessa vez, tratou-se de uma audiência pública realizada no auditório da OAB. Cerca de 200 pessoas, entre servidores, procuradores do trabalho, advogados e parlamentares, reuniram-se para discutir a Reforma do Judiciário e a possibilidade de extinção do Tribunal do Trabalho de Mato Grosso do Sul. Da bancada federal de MS, estiveram presentes os deputados Nelson Trad (PTB), Ben-Hur e João Grandão (PT), os quais manifestaram posição contra qualquer medida que vise à extinção dos TRTs.

Em julho, a manifestação realizada contra a extinção da Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul foi uma iniciativa dos próprios trabalhadores que, por meio dos seus representantes sindicais, lotaram o plenário do Tribunal para pedir pela não-extinção do TRT da 24ª Região. A Juíza Geralda Pedroso agradeceu o apoio dos trabalhadores e lembrou que essa manifestação trazia o sentimento da população brasileira.



Junho: Juiz André Luís, no detalhe, agradece ao vereador Nelsinho Trad o apoio dado pelos vereadores de Campo Grande



Junho: Juíza Geralda Pedroso, no detalhe, conversa com o Deputado Federal Nelson Trad, durante o ato na OAB/MS



Entrevista

Ministro Francisco Fausto, do TST, acha que não se deveria discutir extinção de tribunais, mas sim a criação de outros

Desde antes da instalação da CPI do Judiciário, no Congresso Nacional, o Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, do Tribunal Superior do Trabalho, juntamente com o Presidente do TST, Wagner Pimenta, vem realizando um árduo trabalho pela defesa da Justiça do Trabalho. Em Brasília, já manteve contato com deputados, senadores, ministros de estado e até com o Presidente da República na tentativa de conseguir aliados fortes para barrar a proposta de extinção da Justiça do Trabalho.

No mês de julho, ele esteve presente no ato público de Natal-RN. No discurso que fez, para as mais de 300 pessoas que lotaram o auditório da Casa da Indústria, foi efusivamente aplaudido quando disse: "O que nós temos de fazer, não é extinguir Tribunais. Ao contrário! Temos é de criar mais juntas, mais cargos de juízes". Após o encerramento do ato público, atendendo ao nosso pedido, o Ministro Francisco Fausto gentilmente nos concedeu a entrevista que segue.

DIVULGANDO: Ministro como o TST tem acompanhado a Reforma do Judiciário?

Fausto: Nós temos trabalhado muito. Na realidade, nós nos transformamos em lobistas tentando construir uma maioria na Câmara e no Senado em favor da manutenção dos órgãos da Justiça do Trabalho.

DIVULGANDO: O Presidente FHC tem assumido alguma posição a favor ou contra a extinção da Justiça do Trabalho?

Fausto: O Ministro Wagner Pimenta, que é presidente do TST, eu e o Ministro José Luiz de Vasconcelos tivemos com o Presidente da República, e ele nos disse que não estava de acordo com a idéia de extinção da Justiça do Trabalho. Dois

dias depois, ele mandou que o Ministro Clovis Carvalho telefonasse para o Presidente do TST dizendo que naquela tarde o Ministro Dornelis, do trabalho, daria uma declaração em favor da Justiça do Trabalho falando em nome do governo. Isto foi feito.

DIVULGANDO: E quanto à manutenção dos pequenos tribunais, qual a posição dele?

Fausto: Ele acha que, de fato, há tribunais demais e que isto poderia ser revisto, mas dentro de critérios, evidentemente. Não é simplesmente extinguir porque eles são em grande número. Nada disso.

DIVULGANDO: Existe a possibilidade de que os pequenos tribunais sejam extintos. O senhor é favorável a essa idéia?

Fausto: Sou absolutamente contra a extinção de tribunais regionais. Já disse isso em pronunciamento que fiz na voz do Brasil. O meu pronunciamento foi no sentido de que não é possível a extinção dos tribunais regionais, exceto se houver uma situação difícil para sustentá-los; e eu não vejo perspectivas nenhuma de haver uma situação dessa natureza.

DIVULGANDO: Um dos argumentos para se propor a extinção da Justiça do Trabalho é de que ela, além de cara, é lenta. O senhor concorda?

Fausto: Olha, lenta não é a justiça, mas sim o processo. Este é que precisa ser mudado. E a Justiça do Trabalho não é cara. O processo julgado na Justiça do Trabalho custa um mil e trezentos reais, enquanto na Justiça Federal custa um mil e seiscentos reais, portanto, dezesseis por cento a mais. Já um projeto aprovado no Senado Federal custa um milhão e quatrocentos mil reais.

DIVULGANDO: No que a Reforma do Judiciário pode beneficiar o país?

Fausto: Em muita coisa. O Poder Judiciário terá a sua atuação jurisdicional aperfeiçoada e isso, sem dúvida nenhuma, será fundamental para o exercício da cidadania.

DIVULGANDO: É constitucional a extinção de TRTs por lei ordinária?

Fausto: Sim, pode haver extinção do TRT por lei ordinária, mas através de proposta do próprio Tribunal Superior do Trabalho e não através da emenda de deputados.

DIVULGANDO: O TST pode ser extinto da mesma forma?

Fausto: Sim, o TST pode ser extinto pelo legislador, mas a questão é essa: será que o legislador ordinário, que eventualmente apresenta a emenda à Constituição, pode modificar o que fez o legislador constituinte? É uma questão jurídica a ser resolvida no futuro.

DIVULGANDO: O senhor falou que a Justiça do Trabalho também contribui para a arrecadação. De que forma isso acontece?

Fausto: Quando o juiz do trabalho condena o empregador a pagar o salário do empregado, do total dessa condenação retira-se a contribuição previdenciária. E isso significa o quê? Significa que a Justiça do Trabalho pode arrecadar, em um ano, segundo uma projeção feita através de estudos concluídos no Estado de Minas Gerais, cerca de quatrocentos e trinta milhões de reais. E com despesa orçamentária de custeio, que significa despesas de material de consumo, construção de prédios e etc., a Justiça do Trabalho gastaria, no ano de 98, apenas trezentos e trinta milhões de reais. Nota-se que a contribuição previdenciária arrecadada pela Justiça do Trabalho é superior às suas despesas de custeio em todo o país.

Vicente José Malheiros

O benefício social proporcionado pelos TRTs

A população brasileira sempre acreditou na Justiça Trabalhista. Quase 40 milhões de processos trabalhistas foram ajuizados desde 1941 - quando os Tribunais Regionais do Trabalho eram Conselhos Regionais do Trabalho e algumas Juntas de Conciliação e Julgamento, nas principais cidades, solucionavam os conflitos entre capital e trabalho, desde o inóspito interior aos centros civilizados - até 1998.

Já nos primórdios da história do trabalhismo pátrio, oito eram os tribunais regionais, com sede no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Em 1988, ao ser promulgada a atual Constituição Federal, que assegurou a existência de pelo menos um TRT em cada Estado e no Distrito Federal, o país já estava dividido em 16 regiões trabalhistas, o dobro da divisão originária. Hoje são 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

A reconquista do regime democrático e a concessão de novos direitos do cidadão, na Lei Fundamental de 1988, fizeram explodir o volume de demandas, nos tribunais brasileiros, para 25 vezes mais em apenas 10 anos, entre 1988 e 1998. No mesmo período, o contingente de magistrados apenas dobrou. A sociedade exige um Poder Judiciário independente e acessível para que sejam assegurados a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político, base do Estado Democrático de Direito.

Concomitante à idéia de incorporação da Justiça do Trabalho à Justiça Federal Comum, rejeitada por vários segmentos da sociedade, surge a tese de redução das Regiões Trabalhistas. Se consumada, daria dimensão numérica ao retrocesso, além de desconsiderar o benefício social proporcionado pela certeza da jurisdição mais acessível ao trabalhador, na instância originária e no grau recursal. A amplitude geográfica de nosso território brasileiro, a tradição dos tribunais regionais do trabalho, o movimento judiciário trabalhista e a eficiência dos seus serviços - só em 1998, foram quase 2,5 milhões de reclamações ajuizadas - dão grandeza ao perfil da Justiça do Trabalho.

Na Justiça Federal Comum, até a Constituição de 1988, havia apenas o extinto Tribunal Federal de Recursos. Com a nova Carta Magna, o número de Tribunais Federais foi quintuplicado, com a criação de cinco (5) Regiões Federais (novos Tribunais Regionais Federais) e, ainda, mais uma instância, com o surgimento do Superior Tribunal de Justiça. Sob outro ângulo, permanecem as condições sócio-econômico-culturais que justificaram a instituição das 24 Regiões Trabalhistas, pelo que o Colégio propugna pela manutenção dessa estrutura.

É universal a preocupação com o acesso à Justiça, a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional. Esse ideal vem sendo atendido, como regra geral, em todo o Judiciário Trabalhista, especialmente nos chamados TRTs de médio e pequeno porte. Há, no Brasil, verdadeira assimetria nacional e enormes desigualdades regionais, de modo que o movimento judiciário do TRT de São Paulo ou do Rio de Janeiro não poderá ser o mesmo dos TRTs do Piauí, de Rondônia ou Mato Grosso do Sul. Nem só por isso os cidadãos brasileiros, ali residentes, poderão ficar prejudicados com o eventual deslocamento do TRT para outro Estado da Federação, autêntico retrocesso histórico e institucional.

Na verdade, a redução dos atuais Tribunais Regionais do Trabalho equivale à extinção da Justiça do Trabalho nas regiões porventura afetadas. Nos países mais avançados, a proporcionalidade entre o número de juízes e a população é muito mais favorável do que no Brasil. Ao contrário da tese de extinção da Justiça do Trabalho, o que precisamos é aumentar a quantidade de magistrados, sem prejuízo da implementação de meios extrajudiciais de solução dos conflitos, para melhor atender os jurisdicionados, na administração da Justiça, um serviço essencial ao cidadão.

O benefício social proporcionado pelos TRTs, que não se mede apenas por dados estatísticos e orçamentários, é o principal fator que deve ser considerado para a manutenção da Justiça do Trabalho e das 24 Regiões Trabalhistas. A Justiça do Trabalho, além de constituir uma instituição de garantia dos direitos sociais e de melhor redistribuição da riqueza nacional, atua como importante órgão arrecadador de custas processuais, imposto de renda e contribuições previdenciárias previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir, conforme o § 3º do art. 114 da Carta Magna, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998.

O relevante papel social da Justiça do Trabalho não deve ser medido apenas pelo valor das causas julgadas ou pelo volume dos processos apreciados. Enquanto existirem cidadãos brasileiros carentes das mínimas condições de dignidade, escravizados pelo capital selvagem, menores explorados pelo descaso de uma sociedade egoísta, violentados em sua inocência pelas drogas, pela miséria e pela fome, mulheres discriminadas e arrastadas à prostituição e ao desemprego, não se pode falar em extinção da Justiça do Trabalho, como órgão especializado e sensível aos direitos humanos fundamentais.

A Justiça do Trabalho é um segmento da própria história do Brasil. Não há discurso maior em sua defesa que as páginas dessa mesma história. Seria, no mínimo, ilógico desfazer toda a estrutura administrativa, material, funcional, cultural e moral construída, todo esse patrimônio de democracia e liberdade, ao longo de quase 60 anos de justiça social.

Vicente José Malheiros da Fonseca é Juiz Presidente do TRT da 8ª Região e Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho



TRT de Mato Grosso do Sul arrecadará 10 milhões em impostos para a União

Valor equivale a 25% do orçamento do TRT de 1998. Deste total, 8,4 milhões irão para os cofres da Previdência Social, segundo previsão feita pela fiscalização do INSS

Quem acusa a Justiça do Trabalho de cara é porque desconhece o seu potencial arrecadador. Um bom exemplo é o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul que deverá arrecadar, até o final deste ano, cerca de 10 milhões em impostos para o governo federal. Deste total, 8 milhões e 400 mil reais irão para os cofres do INSS, conforme apurou o fiscal do órgão, Wellington Sebastião Gonçalves. Segundo ele, só nos primeiros 4 meses deste ano, a média de recolhimento de impostos, oriundos das ações trabalhistas julgadas no TRT, foi de 700 mil reais. "Tivemos meses em que se arrecadou mais de 800 mil reais", observou.

Mas não são apenas impostos previdenciários que a Justiça do Trabalho arrecada. Ela também recolhe imposto de renda das ações trabalhistas julgadas. Em Mato Grosso do Sul, o Tribunal do Trabalho deverá arrecadar, nas suas 16 juntas de conciliação e julgamento, até o final do ano, cerca de 1 milhão e 642 mil reais em imposto de renda. Essa previsão é uma projeção feita com base na arrecadação da 1ª, 2ª e 3ª JCJs de Campo Grande, nos meses de março, abril, maio e agosto de 99. Dividindo esses valores, chega-se a uma média de R\$ 8.556,00 por Junta. O Chefe do Gabinete de Execução Integrada, Gilson do Espírito Santo, explicou que as mudanças ocorridas no sistema informatizado do Tribunal, no começo do ano, impossibilitou um acompanhamento regular dos valores recolhidos neste primeiro semestre.

A função arrecadadora da Justiça do Trabalho foi instituída em dezembro do ano passado, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso publicou no Diário Oficial da União a Emenda Constitucional nº 20. A emenda introduziu um terceiro parágrafo ao artigo 114 da Constituição Federal, conferindo competência à justiça trabalhista para recolher contribuições previdenciárias decorrentes de reclamações trabalhistas.

“Capital Morena” homenageia Presidente do TRT



Juíza Geralda Pedrosa recebe, das mãos do vereador Luiz Antônio Ojeda, o título de “Cidadã Campo-Grandense”

“Agora eu me sinto muito mais morena”. Essa foi a frase que a Presidente do TRT, Juíza Geralda Pedrosa, usou para resumir a sua satisfação pelo título de “cidadã campo-grandense” que recebeu no dia 26 de agosto. A homenagem foi um reconhecimento do importante trabalho desenvolvido pela magistrada na Capital de Mato Grosso do Sul e partiu do vereador do PPS, Luiz Antônio Ojeda, que fez a indicação à Presidência da Câmara Municipal. A cerimônia de entrega do título aconteceu no Palácio Popular da Cultura diante de mais de mil convidados.

JCJ de Mundo Novo tem novo presidente

O Juiz Noedi Francisco Arosi é o novo Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Mundo Novo. O magistrado foi empossado pela Presidente do TRT, Juíza Geralda Pedrosa, no dia primeiro de outubro. Noedi, substituiu o Juiz Oscar Zandavalli Junior, que assumiu a 5ª JCJ de Campo Grande, e foi nomeado pelo critério de merecimento. A cerimônia, realizada na sala de sessões do Tribunal Pleno, contou com a presença de inúmeros juizes, membros do Ministério Público e servidores, além de familiares do magistrado.

Noedi, que tomou posse no dia do seu aniversário, defendeu em seu discurso o papel social da Justiça do Trabalho. Lembrou ainda que “os ataques à instituição advêm, sintomaticamente, daqueles que contribuiram ou nada fizeram para evitar a instalação e a prática, em nosso país, de políticas sociais das mais injustas e hipócritas”.

O encerramento da cerimônia de posse deu-se com o discurso da Juíza Geralda Pedrosa. A Presidente do TRT aproveitou a oportunidade para lembrar, em seu discurso, alguns episódios ocorridos durante a carreira do Juiz Noedi, ressaltando a sua humildade e o seu grande potencial.

Juiz Noedi assina o termo de posse na presença da Juíza Geralda Pedrosa e do Diretor Geral Wilson Farias





“Judiciário e Informação” é tema do XVI Congresso Brasileiro de Magistrados

Apesar da importância do assunto, nenhum assessor de comunicação do judiciário foi convidado a integrar a equipe de painelistas

A relação imprensa e judiciário foi um dos temas que integraram o XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado entre os dias 27 e 30 de setembro, na cidade de Gramado - RS. O painel “Judiciário e Informação”, realizado, no dia 28, sob a coordenação do

Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mendes, contou com a presença de jornalistas famosos como Araújo Neto (correspondente do JB na Itália) e os jornalistas e escritores Luiz Fernando Veríssimo, Carlos Marchi e Ruy Carlos Ostermann. Representando os magistrados, estava o Desembargador Sérgio Cavalieri Filho. A surpresa ficou por conta dos assessores de comunicação do judiciário: nenhum foi convidado para compor a equipe de painelistas.

Dos painelistas, o Desembargador Sérgio Cavalieri foi o primeiro a falar. Na sua exposição, fez duras críticas à imprensa. Em resposta ao tom agressivo do desembargador, o jornalista Ruy Ostermann lembrou que jornalistas e juízes precisam ser humildes para buscarem se conhecer. Ostermann comparou a relação imprensa/judiciário como duas margens de um rio. “De um lado gritam os juízes; do outro, gritam os jornalistas. Mas só os peixes é que escutam”, disse. Talvez os “peixes”, citados por Ostermann em sua parábola, fossem os assessores de comunicação do judiciário, mas, ironia do destino, estes estavam foram d’água.

Encontro

No dia seguinte ao painel “Judiciário e Informação”, aconteceu o I Encontro Nacional de Assessores de Comunicação Social do Judiciário. O evento reuniu cerca de 34 assessores de comunicação dos TRTs, TREs, TRFs e TJs de vários Estados brasileiros. O encontro serviu para se conhecer e discutir a realidade da comunicação no âmbito do Poder Judiciário. Durante as discussões, o jornalista Maritônio Barreto, do TRT de MS, fez uso da palavra para lembrar que o painel “Justiça e Informação” trouxe à tona o desprestígio e as dificuldades sofridas pela área de comunicação no âmbito do judiciário. Outro ponto observado pelo jornalista foi a necessidade de se lutar pela criação e estruturação de assessorias de comunicação em todos os tribunais do país.

O jornalista Américo Corrêa, assessor de imprensa do TRE de MT, que também falou para os colegas presentes, lembrou a importância de lutar para que a área de comunicação no judiciário seja dotada de orçamento próprio. “O executivo e o legislativo investem pesado em comunicação porque possuem orçamento para isso”, argumentou o jornalista. Ao final do encontro, alguns assessores expuseram trabalhos desenvolvidos em seus respectivos tribunais. Por fim, os participantes do congresso redigiram a “Carta de Gramado” na qual fizeram constar as principais reivindicações consideradas necessárias para dar ao Poder Judiciário uma melhor estrutura de comunicação.

Congresso da AMB reuniu mais de 2,7 mil participantes

O XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Gramado - RS, reuniu cerca de 2 mil e 700 participantes, surpreendendo as expectativas dos organizadores que esperavam por apenas 2 mil inscritos. O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, abriu o evento com um discurso inflamado, em que condenou o clima emocional no qual vem sendo conduzida a CPI do Judiciário. Ribeiro também defendeu eleições diretas para os tribunais de justiça de todo o país.

Os Juízes do TRT da 24ª Região João de Deus Gomes de Souza, Rodnei Doreto Rodrigues, Dalma Diamante Gouveia e Fátima Regina Saboya Salgado participaram do congresso e elogiaram o alto nível do evento. No último dia do congresso, os magistrados realizaram uma assembléia geral e decidiram fazer, no próximo dia 04 de novembro, manifestações em todo o país. O Presidente da AMATRA da 24ª Região, Juiz Rodnei Doreto, disse que os juízes, em Mato Grosso do Sul, também farão protestos, mas ainda não está definido como deverão ser.



Assessores de comunicação do judiciário, no encerramento do encontro



Jornalista Maritônio Barreto fala da importância de se ter assessorias de comunicação bem estruturadas em todos os tribunais do país



Da esquerda para direita: Fátima Regina Saboya, Dalma Diamante, Rodnei Doreto e João de Deus G. de Souza, de camisa preta



WWW

www.trt24.gov.br

*** Em desenvolvimento ***

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Onde Ir | Institucional | Informações | Processos | Jurisprudência

Bem-vindo

Nova home page do TRT será lançada no mês de outubro

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região inaugurar, no mês de outubro, a nova versão da sua home page institucional. Totalmente reformulada, a nova página traz avanços significativos na área de consulta de processos. O principal está na incorporação das funções do serviço de auto-atendimento, que foi inaugurado no mês de abril. Com isso, o usuário poderá acessar informações mais detalhadas sobre os processos na 1ª e 2ª instância. Andamentos, conteúdo dos despachos e cálculos estarão disponíveis para todos.

Aos advogados, a boa notícia fica por conta da página exclusiva, cujo acesso só será permitido por código da OAB e senha. Segundo o Diretor do Serviço de Informática do TRT, Gilberto Sena Rios, essa é uma medida que visa a proporcionar maior privacidade para o advogado. Além do conteúdo geral, a página dos advogados trará informações sobre agenda de audiências, controle de carga, cálculos de verba, publicações do Diosul e ainda as principais tabelas utilizadas em cálculos trabalhistas.

Outra novidade na página dos advogados é a estréia do "PUSH". Esse tipo de serviço, já em uso pela maioria dos tribunais, permite que o advogado seja informado automaticamente em caso de andamento do processo. Mas para isso é preciso cadastrar o processo que deseja acompanhar e fornecer um endereço de e-mail para receber as notificações.

O que também passou por alterações significativas foi a área reservada para informações sobre a jurisprudência do TRT. O processo de pesquisa foi aperfeiçoado e ainda oferece a opção de fazer o download do ementário, do regimento interno, dos provimentos e de todas as revistas de jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

TRT implanta Auto-Atendimento na JCJ de Aquidauana

Projeto prevê estender o serviço a todas as juntas do interior do Estado

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da de Mato Grosso do Sul, Juíza Geralda Pedroso, inaugurou, no último dia 17 de setembro, o serviço de auto-atendimento na Junta de Conciliação e Julgamento de Aquidauana. A cerimônia de inauguração, realizada no final da tarde, aconteceu na sede da própria junta e contou com a presença de inúmeras autoridades locais. O Juiz Presidente da JCJ de Aquidauana, Márcio Vasques Thibau de Almeida, agradeceu a presença de todos e proferiu um discurso em defesa da manutenção do TRT da 24ª Região.



Juiz Márcio Thibau discursou para as autoridades presentes. Ao seu lado, a Juíza Geralda Pedroso e o Sr. Ney Gabriel, Chefe de Gabinete do Prefeito Aquidauana

Aquidauana é a terceira cidade no Estado, além de Campo Grande e Dourados, que conta com o serviço de auto-atendimento. Através de um terminal de consulta interligado ao banco de dados do TRT, o usuário da Junta de Conciliação e Julgamento de Aquidauana poderá acessar informações sobre qualquer processo na 1ª e 2ª instância, sem a necessidade de se deslocar para a Capital ou demais cidades do interior.

História de Pescador...

O Juiz Noedi, atual Presidente da JCJ de Mundo Novo, e o Dr. Wilson Farias, Diretor Geral do TRT, durante um bate papo sobre pescaria, tiveram uma brilhante idéia. Eles pensaram na possibilidade de promover, no próximo ano, o 1º campeonato de pesca envolvendo juízes e servidores do TRT. A idéia é realizar o campeonato em várias fases, sendo cada uma sediada e organizada por uma junta do interior. Em cada etapa, os competidores concorrerão a troféus e somarão pontos para a grande final a ser realizada em Corumbá. Por hora, tudo não passa de "história de pescador", mas eles pensam seriamente em discutir o assunto com os colegas do tribunal e, quem sabe, transformar o assunto em realidade.

